

Brasília e a Geoeconômica

Sindicatos e profissionais liberais discutem os principais problemas

A cidade de Brasília, "primeira Capital da Nova Civilização", segundo André Malraux, parece que não atingiu o objetivo de sua criação e nela, hoje, se constata "a inadequação dos planos governamentais, elaborados à margem dos reais interesses e necessidades da população, por não existirem canais de participação efetivos da comunidade junto ao poder decisório".

A afirmação do engenheiro Ederval Vaz, sintetiza as conclusões do "Seminário sobre o Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília", realizado na semana passada, no Centro de Convenções, numa promoção dos Sindicatos dos Engenheiros, dos Médicos, dos Jornalistas, das Associações de Professores, dos Sociólogos, dos Economistas, dos Engenheiros Agrônomos, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Central Brasil Democrático.

Dividindo em cinco grandes temas - espaço urbano, agricultura, educação e saúde, mercado de trabalho e problemas sociais, e participação política - o Seminário permitiu chegar a várias conclusões, depois de muitos debates. Tema por tema, os expositores e participantes definiram-se sobre problemas da Brasília de hoje.

"O processo de urbanização traz vários benefícios à sociedade, mas pode trazer também, problemas graves, como a poluição da água, do solo e do ar, sem se falar na poluição sonora". Este conceito do professor da Universidade de Brasília, Márcio Vilas Boas, centralizou o debate do tema "Espaço Urbano", ao lado de explanações sobre os programas oficiais de intervenção na Região e o Plano de Estruturação e Organização Territorial do DF (PEOT).

Para Márcio, entretanto, "conhecendo os efeitos prováveis do processo de ocupação territorial, essa ocupação poderá se dar através da maximização dos recursos disponíveis, com a consequente redução dos custos para o controle ambiental, além dos efeitos positivos para a qualidade de vida em geral".

No mesmo raciocínio, o também professor Eurico Salvati disse que "o ponto básico para a formulação de diretrizes para uma utilização mais racional dos recursos naturais implica em se levantar as questões ligadas ao controle ambiental no meio urbano, especialmente os relacionados com o manejo do solo, da água e da vegetação, nas áreas urbanizadas da região". Para ele, o manejo descuidado desses fatores, em função das mudanças drásticas de cada fração da paisagem urbana, gera desequilíbrios como a erosão e a sedimentação aceleradas e impede a utilização dos recursos disponíveis para a recreação vinculada à natureza. Daí, considerar que a vegetação nativa, no cer-

rado, de modo particular em Brasília, não recebe melhor tratamento, sendo previsível o futuro desaparecimento de toda a vegetação nativa próxima aos núcleos urbanos da região.

Em nome dos moradores da cidade de Ceilândia, o Sr. João Bezerra anunciou os problemas que alligem aquela comunidade, ressaltando como pontos fundamentais, "a situação de abandono por parte dos poderes governamentais, principalmente no que diz respeito aos elementos que determinam uma existência mínima de qualidade de vida - habitação condigna, salário, emprego, saneamento básico etc".

Segundo João Bezerra o pior, no momento, é a posse dos lotes da cidade, pois a Terracap promove a venda sob condições impossíveis para os ceilandenses, causando na população insegurança e tensões inadmissíveis".

Numa análise da situação da Região Geoeconômica do DF, o engenheiro agrônomo, Joseph Weiss, no item agricultura, considerou que "a distribuição de pequenas propriedades rurais, no início de Brasília, foi dirigida, em sua maioria, a funcionários públicos como um atrativo à sua transferência, sendo utilizadas, tão somente como chácaras de recreio. De outro lado, os incentivos, devido às garantias exigidas pelas agências de crédito, tornaram-se altamente concentradores, beneficiando apenas os grandes proprietários, empresas agrícolas e agroindústrias".

Por isso, propôs que "os produtores pequenos e médios, até agora impelidos à venda de suas propriedades e ao abandono do meio rural se organizem em cooperativas e outros tipos de associação, de forma a aumentar o poder de pressão e reverter essa tendência concentradora de benefícios nas mãos das agroempresas".

Falando em nome da COOPAD/DF, o engenheiro agrônomo, Luis Vicente Ghesti, destacando o Programa PAD/DF, disse que se tem demonstrado a possibilidade de utilização do cerrado com alta produtividade, inclusive superior à obtida em regiões mais desenvolvidas e, ao lado disso, grande absorção de moderna tecnologia agrícola e transferência desse "know-how" para proprietários rurais da circunvizinhança.

Todavia, ressaltou que a ampliação do Programa de Assentamento dirigido na Região Geoeconômica só seria possível com a desapropriação das terras. Devido à impossibilidade institucional de atuação do PAD/DF fora do quadrilátero de Brasília, foi que se criou a Cooperativa, com a finalidade de minimizar a intervenção estatal e permitir a ação da cooperativa nos municípios periféricos, porque o problema maior do Programa diz respeito à sua

limitação espacial, de vez que as terras utilizadas são de propriedade pública, com direito de arrendamento aos produtores rurais, numa situação típica do DF e que não se repete ao seu redor.

Para o prefeito de Corumbá, Samuel Costa Araújo, entretanto, um grave problema é o êxodo rural, que considera ser provocada na Região Geoeconômica do DF pelo abandono do homem do campo pelos poderes públicos e pela atração que Brasília exerce sobre o trabalhador rural e pequenos proprietários, confundindo-os com a aparente oferta de facilidade de meio de vida e de conforto.

A solução seria, no seu entender, a criação de um sistema de atendimento de educação, saúde e treinamento profissional mais descentralizado em determinados pólos da área rural de cada município.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Sobre o tema "Educação e Saúde", o médico Roberto Passos Nogueira, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), considerou que "as desigualdades internas do nível de vida entre segmentos da população de Brasília, as desigualdades regionais do Distrito Federal e a sua área de influência determinam três condições básicas na dinâmica da saúde da Região.

"A primeira contradição", assegurou, "verifica-se por estarem no DF os indicadores de saúde relativamente bem, enquanto a saúde do povo vai mal. Esses indicadores constituem apenas uma média resultante do quadro social do Plano Piloto, de padrão europeu, com a situação das cidades - satélites, onde residem funcionários de média a baixa qualificação, aliados a um proletariado pauperizado. Para isto contribuem a ausência de saneamento básico e alimentação precária".

"A segunda contradição", apontou, "decorre da conhecida ênfase em recursos hospitalares, de maior ou menor grau de sofisticação, em detrimento de atenção da saúde descentralizada, que é melhor realizada por postos de saúde os mais próximos possível dos locais onde moram os usuários.

Finalmente, a terceira contradição "é a de escala regional, sendo do conhecimento de todos que os municípios situados na esfera de influência de Brasília, têm, não só piores condições de saúde, como também, deficiências em sua infra-estrutura assistencial.

Em análise do tema "A educação em Brasília e Periferia", o professor Aloyson Gregório de Toledo Pinto argumentou que a dificuldade do tema está na especificidade da educação escolar, como ela é feita em qualquer lugar deste País, pois, com raríssimas

exceções, cuida de transmitir informações. Porque "esta informação tomada com um fim em si mesma, descamba para o enciclopédismo estéril e fútil" e produz consumidores, em vez de gente criativa; população dependente no lugar de indivíduos autônomos, interpretação passiva da atualidade e autonomia que conduz à disposição para reconserver.

Segundo Aloyson, "esta orientação de educação escolar contraria as indicações técnicas e científicas da moderna pedagogia e não surge em função do mero acaso, resulta de uma política de dominação que se interessa por manter o País culturalmente imobilizado. E, por isso, o estudante sai da vida para entrar na escola, quando deveria sistematizar a própria experiência, tomar o dia-a-dia como matéria-prima curricular para descrever a maneira de sentir, de pensar e fazer, tendo os conhecimentos científicos como referências de sistematização". Por isso, essa é a abordagem didática que serviria ao desenvolvimento de uma Região Geoeconômica e que assumiria, em cada uso, um significado cultural específico.

PROBLEMAS SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO

O economista Paulo Timm, na abertura de discussão do tema, afirmou que a Região Geoeconômica do DF ainda não se constitui num espaço urbano estruturado. Trata-se de uma área submetida a um processo secular de estagnação, derivado da pobreza de seus recursos naturais, que passa a receber estímulos com a criação de Brasília.

Depois disso, historia, ergue-se um complexo econômico-financeiro que submete as relações tradicionais, mas que se concentram em apenas um ponto, ou seja, os estímulos se concentram na própria cidade e a Região se desequilibra com o progresso. A criação da nova capital se deu a partir de um ato político que se constituiu numa intervenção cujo ponto de partida foi especial, ou seja concebia a cidade como mecanismo capaz de deflagrar a trama regional.

Conceituando Brasília "na verdade, como o grande problema da Região", Paulo Timm disse "que o espaço produtivo realizado fora da cidade é para ela canalizado. Por isso, se deveria pensar numa canalização dos recursos depositados na cidade, para a Região e se reconhecer que é necessário inverter o primado do físico sobre o social e do superfluo sobre o necessário. "Esta inversão, que irá corresponder à última etapa da construção da cidade, tem como condição essencial a alteração do estatuto tributário vigente em Brasília."

Referindo-se às migrações, o economista José Carlos Peliano, destacou que elas representam a

mobilidade espacial do trabalho, e este fenômeno se acentua a partir da divisão entre campo e cidade, quando se dá o primado da prosperidade individual sobre o comunal: "é com a aceleração da divisão social do trabalho no capitalismo que a mobilidade espacial do trabalho assume papel importante, pois representa um elemento necessário à acumulação do capital".

Acredita Peliano que "Brasília, ao mesmo tempo que atrai mão-de-obra, não consegue absorvê-la. Pois seu mercado de trabalho é o setor terciário da economia - vendedor ambulante, diarista etc. Uma das alternativas mais viáveis para sua absorção seria fomentar a agroindústria da Região".

No entender do engenheiro João Bosco Ribeiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros de Brasília, a construção e a empresa de construção civil sofrem, como os demais setores, dos problemas resultantes do descomprometimento dos que tomam decisões, com a maior parte da Região.

"Em Brasília, a construção civil tem regredido na absorção de mão-de-obra e de tecnologia, com retorno do pessoal qualificado para sua cidade de origem. Não houve acúmulo de tecnologia que pudesse ser difundida e a Universidade se isolou, sem tentar guardar os avanços tecnológicos ocorridos com a construção da cidade. Na medida em que a mão-de-obra é desqualificada, competiria à construção a realização da qualificação requerida. A empresa deveria se comprometer mais com a cidade. E, como as cidades em volta de Brasília estão deficientes, podem ser aplicados aí, os recursos ociosos dela: tecnologia e mão-de-obra".

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ao falar sobre representação política para o Distrito Federal, Carlos Alberto Lima Torres, do Cebrade-DF, disse que o clamor pela participação política no DF reflete os anseios de uma sociedade complexa que já ultrapassou um milhão de habitantes, com crescentes problemas de emprego, de habitação, saúde, educação etc.

Contudo, afirma que a conquista da representação política vem sendo impedida por uma concepção particular do Estado que a considera contraproducente e ineficaz, em se tratando do atual DF, rompendo com a tradição da República que, antes da mudança da Capital, permitia ao antigo DF a representação política em todos, os níveis - local e federal.

Por isso, argumenta que "a conquista da representação política no DF só será possível através de um amplo movimento de opinião pública, envolvendo todas as entidades de classe. Para ele, entretanto, deve-se reconhecer que tudo depende de outras conquistas democráticas pelas quais a Nação hoje luta.